



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**
BELÉM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



GT 1 – POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

POLÍTICA CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL NO CARNAVAL AMAZÔNICO BELENENSE

Milene de Cássia Santos de Castro¹
Maria Augusta Freitas Costa Canal²
Jéssika Paiva França³

O carnaval tornou-se uma festa de expressão cultural brasileira com conotação de diretriz da formação de uma identidade e integração da nacionalidade brasileira (DAMATTA, 1983), uma “brasilianidade” dirigida de forma elitista, classista e autoritária desde 1930 quando é possível circunscrever a origem da política cultural do Brasil da qual herda-se a tradicional relação entre autoritarismo e políticas culturais (RUBIM, 2007, SIMIS, 2007, BEZERRA, BARBALHO, 2015). A festa do carnaval brasileiro organiza-se temporal em adjacência ao calendário católico entre a celebração de Reis no mês de janeiro e a Quaresma e Páscoa, assim, essa festa ocorrerá anualmente em uma semana que pode ser datada variando entre os meses de fevereiro e março. Nessa semana delimita-se o ponto auge como feriado de “terça-feira gorda”, e é, no período dela que a efervescência festiva popular acontece, sendo as ruas tomadas por expressões de cultura popular que, conforme DaMatta (1983), denotam aspectos de inversão de valores e papéis sociais e da presença, participação e exagero pela coletividade, com ocorrência desde a cidade do Rio de Janeiro, no centro sul, até a cidade de Manaus, na Amazônia brasileira.

Essa expressão da cultura popular brasileira impulsionada como um elemento da ação político-cultural de uma “nacionalidade” construída pela homogeneidade como afirmam Bezerra e Barbalho (2015, p. 70): “a partir de uma pretensa identidade expressa em um ‘ser nacional’[...]”, possibilita identificar um duplo movimento: um modelo de

¹ Doutoranda em Turismo e Hotelaria (UNIVALI). E-mail: castro.milene2010@gmail.com

² Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Doutora em Geografia (UNESP Presidente Prudente). E-mail: augustageotur@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP). E-mail:jfranca@ufpa.br

“fazer carnaval” baseado na organização de blocos e escolas de sambas, notadamente vinculado ao Rio de Janeiro, e a ampliação desse fazer festivo, notadamente, pela configuração da expressão cultural Pré-carnaval. O Pré-carnaval acontece em várias localidades do Brasil em finais de semana anteriores ao calendário da semana do Carnaval e ao feriado nacional da terça-feira. Na cidade de Belém, capital do estado paraense na Amazônia brasileira, o pré-carnaval realizado no bairro mais antigo da cidade: Cidade Velha, vem se configurando em dimensões mais expressivas que o tradicional carnaval realizado nessa área desde 1940, em especial, com constante fomento e estimulação de criação de outros blocos pré-carnaval e a institucionalização do Pré-carnaval como Patrimônio Imaterial do município de Belém na década de 10 desse século (CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 2017, REDE PARÁ, 2018).

Nesse sentido, parece relevante PROBLEMATIZAR a partir das seguintes indagações: qual a relação entre a política pública cultural, a patrimonialização de bens intangíveis e a autonomia dos ententes federativos e como isso incidiu na constituição do registro do Pré-carnaval dos blocos da Cidade Velha? Por que os elementos da construção cultural do Pré-carnaval são privilegiados em detrimento ao próprio carnaval na instituição do Patrimônio Imaterial em Belém? Portanto, o OBJETIVO GERAL desse trabalho é identificar e analisar os elementos e instrumentos norteadores da patrimonialização do Pré-carnaval na cidade de Belém. Dessa forma, a METODOLOGIA da pesquisa vem sendo realizada com critério e etapas da pesquisa qualitativa com análise dos dados sendo categorizadas inclusive através de quadros organizados em conteúdos análogos (GOMES, 1994, MINAYO, 2002) com levantamento e análise bibliográfico e documental, (GOMES, 1994), observação dirigida (DESLANDES, 1994) sobre o carnaval dirigida na Cidade Velha nos anos de 2019 e em fevereiro de 2020, e acompanhamento em plataformas e redes virtuais e sociais da Liga dos Blocos da Cidade Velha (LBCV), dos blocos carnavalescos e das escolas de samba nos anos de 2020 e 2021.

OS RESULTADOS em relação à configuração de Políticas Culturais brasileira, a partir de inferências abstraídas de Rubim (2007), Simis (2007), Ministério da Cultura (MinC) (2010) e Bezerra e Barbalho (2015), revelaram que o início das políticas culturais brasileiras se delineia na década de 1930 quando o Estado começa a tentativa de constituição cultural de uma nacionalidade uniformizante e que já dimensionava o patrimônio por seu aspecto material-tangível elitista e imaterial-intangível vinculado a diferentes grupos e estratos sociais, mas privilegiando a patrimonialização material. De 1930 a 2000 o Estado vem, em maior grau nos períodos autoritários e ditatoriais e em

menor grau nos democráticos, ingerindo e ordenam o território por projetos e programas de Políticas Culturais que vão engendrar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Pró-Memória (SPHANPM), passando pela constituição do Ministério da Educação e Cultura, a configuração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), SPHANPM e da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a instauração do MinC, conformam algumas das estruturas institucionais que foram, ao longo dessas décadas, dando corpo à intervenção das políticas culturais brasileiras.

Nesse ínterim, os aspectos intangíveis da cultura foram apontados nas propostas, mas muito pouco operacionalizados, sendo nas primeiras décadas viabilizados pela caracterização do Folclore que perdurará até década de 2000, apesar de descolamentos para dimensões aos aspectos imaterial-intangível vinculado ao saber popular decorrentes dos debates da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) já na década de 1970. Portanto, a operacionalização da política contínua o reforço a dimensão material etilista com perduração da nacionalidade uniformizante com predomínio de financiamento da cultura midiática e tecnológica com Leis de renúncia fiscal (principalmente Lei Sarney depois Lei Rouanet) destaque ao setor audiovisual (ênfase na produção cinematográfica), ainda que, na primeira metade da década de 2000 seja estabelecida a legislação de patrimônio imaterial.

Na segunda metade dessa década a Política Cultural é institucionalizada como política de Estado à construção de uma nacionalidade direcionar-se à diversidade e ao pluri-multiculturalismo cuja expressão mais eloquente será a substituição da concepção de folclore pela de “cultura popular tradicional” e, paulatinamente, a noção de cultura popular atrelada a patrimônio imaterial. Essas ações derivaram da participação do Brasil em Convenções da UNESCO que interligavam salvaguarda do patrimônio à diversidade cultural e induziram o Plano Nacional de Cultura (PNC) com forte conotação às manifestações das culturas populares com mapeamento e fortalecimento dos saberes e fazeres com estabelecimento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) é instituído o registro de “Bens Culturais de Natureza Imaterial” cujos reflexos vão se espraiar por toda década de 2010 em escala intersetorial e em nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal.

Os RESULTADOS sobre a Festa do Carnaval na Cidade Velha apresentaram um movimento de retração do festejo de carnaval e a expansão do pré-carnaval que acaba sendo registrado como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém.

O movimento de *retração do carnaval tradicional* instituído desde 1940 com blocos e escolas de sambas, principalmente, com o redirecionamento das escolas de samba e dos blocos carnavalesco, bem como, o desfile oficial desses para áreas mais afastadas do centro. Em contra partida, revela a *expansão das festividades do pré-carnaval* que foi idealizado em 1997 por iniciativa de Benedito Lino Viana de Souza, o responsável e criador do Fofó⁴ de marchinhas: Fofó do Lino, bloco gratuito realizados apenas em vias públicas da cidade Velha. Atualmente, além do Fofó do Lino existem o Fofó de Belém que juntos são considerados tradicionais no pré-carnaval da Cidade Velha. Assim, os resultados indicam o Carnaval e o Pré-carnaval delineados na Cidade Velha por meio de blocos originariamente organizados pelos moradores locais o que sofre uma ruptura conforme o Pré-carnaval se expande. Em 2017, atinge um público de 700 mil pessoas e arrecadação de 9 milhões de reais apenas em consumo de bebidas alcoólicas e não alcoólicas (LBCV, 2021). Na edição de 2020, 15 blocos participaram, assim como, previsto para o ano de 2022.

Conforme os resultados, essa ruptura agregada à configuração da patrimonialização e tombamento por parte do IPHAN de boa parte do conjunto arquitetônico desse bairro induziram conflitos (REDE PARÁ, 2018), bem como, conflitos entre os *participantes do carnaval e pré-carnaval* e os moradores do bairro. Esses conflitos e a expansão do Pré-carnaval ensejou a criação em 2016 da Liga dos Blocos da Cidade Velha (LBCV) que passa a ser responsável pela articulação e organização dos blocos de pré-carnaval de Belém e pela programação oficial que envolve blocos de grupos infantis, culturais, comerciais e de Pet's (animais) e os fofós (LBCV, 2019b, LBCV, 2021a LBCV, 2021c). Um ano depois da criação da LBCV o *Pré-carnaval da Cidade Velha* é instituído como *Patrimônio Cultural Imaterial de Belém* (Lei nº 9306, de 12 de julho de 2017) como resultado de um projeto proposto por um vereador e aprovado unanimemente pela Câmara Municipal de Belém.

A estratégia de patrimonialização do Pré-carnaval em Belém revela uma assimetria com os discursos do IPHAN e da política cultural com base no bem cultural popular e demonstra o contexto da política de patrimonialização do Município circunscrita pela Lei 7709/94 de 18 de maio de 1994⁵ que estabelece a criação de

⁴ Os fofós são blocos gratuitos, realizados apenas nas ruas da cidade Velha e que não comercializam abadás.

⁵ Extraído de <https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583044/lei-7709-94>, acessado em 22 de maio de 2021.

Conselho de Patrimônio Cultural e versa sobre patrimônio como bens materiais e imateriais acionando aspectos de identidade e memória como “formas de expressão” e “modos de criar e fazer”, contudo, os dispositivos dessa lei aprofundam os processos de tombamento sem deixar claro o proceder com o patrimônio imaterial. A regulamentação municipal do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial será dada pela Lei 101810 de 11 de agosto de 2021⁶ que estabelece quatro livros de Registros, as referências e relevância cultural e os procedimentos e documentos técnicos. Assim o reconhecimento do Pré-carnaval como patrimônio imaterial ocorreu como projeto da Câmara Municipal, o levantamento técnico ainda sem disponibilidade. A natureza do bem extraída de uma festa popular cuja referência e relevância cultural se desenha na constituição dos blocos Fofó que são gratuitos e de cultura das marchinhas carnavalesca dos quais só se identificou dois blocos. Entretanto, durante a votação e aprovação do projeto e na sessão de titularidade do bem na Câmara Municipal o discurso se centralizou na constituição de geração de renda, na economia local e geração de divisas, o que apontava a patrimonialização com vetor disciplinar e organizacional do Pré-carnaval.

Palavras-chave: Política Cultural, Patrimônio Imaterial, Carnaval, Cidade Velha, Belém-PA.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J., BARBALHO, A. As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos. In: *pragMATIZES* – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, ano 5, n.8, out/2014 a mar/2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. Sessão solene comemora título concedido à Liga de Blocos de Carnaval da Cidade Velha (2017). Disponível em: <https://www.cmb.pa.gov.br/sessao-solene-comemora-titulo-concedido-a-liga-de-blocos-de-carnaval-da-cidade-velha/>. Acesso em 23 set. 2021.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DESLANDES, Suely. Cap. II - A Construção do projeto de Pesquisa. p.31-p.49. In: MINAYO, M. C. de S. (ORG). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁶<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOM-BELEM/2021/Agosto>, acessado em setembro de 2021.

LIGA DOS BLOCOS DA CIDADE VELHA (LBCV). E saudade... Belém, 6 mai 2021.
Instagram: @precarnavalbelem. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/COidRgSDQmZ/>. Acesso em 29 set. 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

REDE PARÁ. Em reunião com blocos, Prefeitura começa a organizar o pré-Carnaval de Belém. (2018). Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/178570/em-reuniao-com-blocos-prefeitura-comeca-a-organizar-o-pre-carnaval-de-belem>. Acesso em 23 set. 2021.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: _____, BARBALHO, A. (ORG.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador/Ba: EDFBA, 2007.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A. A. C., BARBALHO, A. (ORG.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador/Ba: EDFBA, 2007.